

Jobim propõe modificações no Judiciário

Rio — Os deputados Nélson Jobim (PMDB-RS) e Sandra Cavalcanti (PPR-RJ) pretendem incluir na revisão constitucional modificações no Poder Judiciário que permitam um maior controle por parte da sociedade e mais agilidade no julgamento de pequenas causas que não acarretem grandes custas judiciais. Os deputados estiveram reunidos ontem com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Antônio Carlos Amorim, e desembargadores do Fórum do Rio. A visita dos deputados causou uma reação contrária entre os juízes mais jovens do Tribunal. O motivo foi uma modificação solicitada por desembargadores, considerada corporativa, que elevaria a idade limite de aposentadoria para 75 anos.

Os juízes jovens afirmam que a elevação da idade limite da expulsória dos desembargadores — atualmente em 70 anos — tornaria ainda mais difícil a ascensão profissional, eternizando no poder os velhos desembargadores. A deputada Sandra Cavalcanti tem outro ponto de vista: “Há juízes que se aposentam muito jovens”, disse. “Um desembargador de mais de 70 anos tem muita experiência para dar ao País”, disse. E acrescentou: “A maioria das críticas é sobre a morosidade e não sobre ética e corrupção”.

O deputado Nélson Jobim explicou que a sua intenção ao visitar os membros do Poder Judiciário é buscar subsídios para um dos pontos mais importantes da revisão constitucional, a Justiça. “Mas vamos separar o que é corporativismo e o que é de interesse para o País”, destacou.